

A EXPANSÃO DA FRUTICULTURA, PRODUÇÃO FAMILIAR E SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA AO CAPITAL NO NOROESTE PAULISTA*

Celso Donizete LOCATEL**
Antonio Nivaldo HESPANHOL***

Resumo: Buscou-se compreender o processo de desenvolvimento da fruticultura na MRG de Jales e seus reflexos na organização do espaço, na produção e nas relações de trabalho, assim como o processo de sujeição da renda da terra no processo de produção de fruta para o consumo *in natura*. Para tanto, analisa-se o processo que levou a expansão desta atividade na região, além alterações na estrutura fundiária, no número de pessoas ocupadas no campo e nas relações de trabalho. As alterações mais significativas, na agropecuária da região, são observadas no período posterior à decadência da cafeicultura, na década de 1980, com o desenvolvimento da fruticultura, levando à diversificação da agricultura e, também, ao incremento da utilização de novas tecnologias, mas sem provocar transformações nas relações de trabalho e na estrutura fundiária. Mesmo tendo ocorrido na região o desenvolvimento de uma atividade econômica que apresenta algumas vantagens para o produtor, não se desenvolveu uma estrutura para a comercialização dessas mercadorias que garanta ao agricultor a apropriação da renda gerada por essa atividade. Isso se dá porque, no processo de circulação da mercadoria, ocorre a mediação entre as diversas unidades e segmentos de produção, havendo uma concorrência pelo controle de parte da renda que acaba sendo apropriada por outros

* Este texto é parte da Dissertação de Mestrado intitulada "O desenvolvimento da fruticultura e a dinâmica da agropecuária na Região de Jales - SP", defendida em 2000, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente, para a obtenção do título de Mestre.

** Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia FCT/UNESP - Presidente Prudente (SP). Bolsista CAPES, membro do GEDRA. E-mail: celoennes@hotmail.com

*** Orientador da pesquisa. Professor Assistente Doutor do Departamento de Geografia da FCT/UNESP. E-mail: Nivaldo@prudente.unesp.br

agentes vinculados ao capital comercial, representado por inúmeros atravessadores.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Sujeição da Renda da Terra; Dinâmica Regional; Fruticultura.

Resumen: Se buscó comprender el proceso de desarrollo de la fruticultura en la Micro Región Geográfica de Jales y sus reflejos en la organización del espacio, en la producción y en las relaciones de trabajo, así como el proceso de dependencia de la renta de la tierra en el proceso de producción de fruta para el consumo *in natura*. Para ello, se analizó el proceso que llevó a la expansión de esta actividad en la región, además de las alteraciones en la estructura predial, en el número de personal ocupadas en el campo y en las relaciones de trabajo. Las alteraciones más significativas, en la actividad agropecuaria de la región, son observadas en el período posterior a la decadencia del cultivo del café, en la década de 1980, con el desarrollo de la fruticultura, llevando a la diversificación de la agricultura y, también, al incremento de la utilización de nuevas tecnologías, sin embargo sin provocar transformaciones en las relaciones de trabajo y en la estructura predial y de la propiedad. Aún cuando ocurrió en la región el desarrollo de una actividad económica que presenta algunas ventajas para el productor, no se desarrolló una estructura para la comercialización de estos productos que garantice al agricultor la apropiación de la renta generada por esta actividad. Esto se produce porque, en el proceso de circulación de la mercancía, ocurre la intermediación entre las diversas unidades y segmentos de producción, generándose una competencia por el control de parte de la renta que acaba siendo apropiada por otros agentes vinculados al capital comercial, representado por inúmeros intermediadores.

Palabras-clave: Agricultura Familiar; Dependencia de la Renta de la Tierra; Dinámica Regional; Fruticultura.

1. INTRODUÇÃO

Este texto é resultado do trabalho de investigação realizado no desenvolvimento da pesquisa de mestrado, que teve como objetivo principal analisar os impactos do processo de modernização da agricultura brasileira e paulista, nas décadas de 1960 a 1980, sobre a Microrregião Geográfica (MRG) de Jales, destacando o desencadeamento das transformações ocorridas na estrutura produtiva e nas relações de trabalho na referida região, em decorrência da expansão da fruticultura. Neste trabalho, tem-se como objetivo verificar em que medida se dá a sujeição da renda da terra ao capital no processo de produção de fruta para o consumo *in natura*, no Noroeste Paulista¹ (Mapa 01).

Inicia-se este trabalho com uma breve discussão sobre a abordagem teórico-conceitual sobre a agricultura familiar e a pequena produção, enfatizando a diferença existente entre as duas, assim como a importância da noção de pequena produção para a análise da eficiência econômica da produção familiar.

Para que se tenha uma noção da importância do desenvolvimento da fruticultura para a manutenção da estrutura fundiária e das relações de trabalho presentes na região, é importante se considerar as características gerais da mesma, desde seu processo histórico de ocupação, sua inserção na dinâmica da modernização da agricultura brasileira. Para tanto, serão analisados alguns dados secundário para facilitar tal entendimento.

Mesmo tendo ocorrido na região o desenvolvimento de uma atividade econômica que apresenta algumas vantagens para o produtor, mesmo assim não se desenvolveu uma estrutura para a circulação dessas

¹ O recorte adotado para a pesquisa foi a MRG de Jales, que corresponde aos municípios de Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Cunha Paulista, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, Santana da Ponte Preta, São Francisco, Três Fronteiras, Turmalina, Urânia e Vitória Brasil.

mercadorias que garantisse ao agricultor se apropriar da renda da terra gerada por essa atividade. Isso se dá porque, no processo de circulação da mercadoria, ocorre a mediação entre as diversas unidades e segmentos de produção, havendo uma concorrência pelo controle de parte da renda que acaba sendo apropriada por outros agentes vinculados ao capital comercial, representado por inúmeros atravessadores.

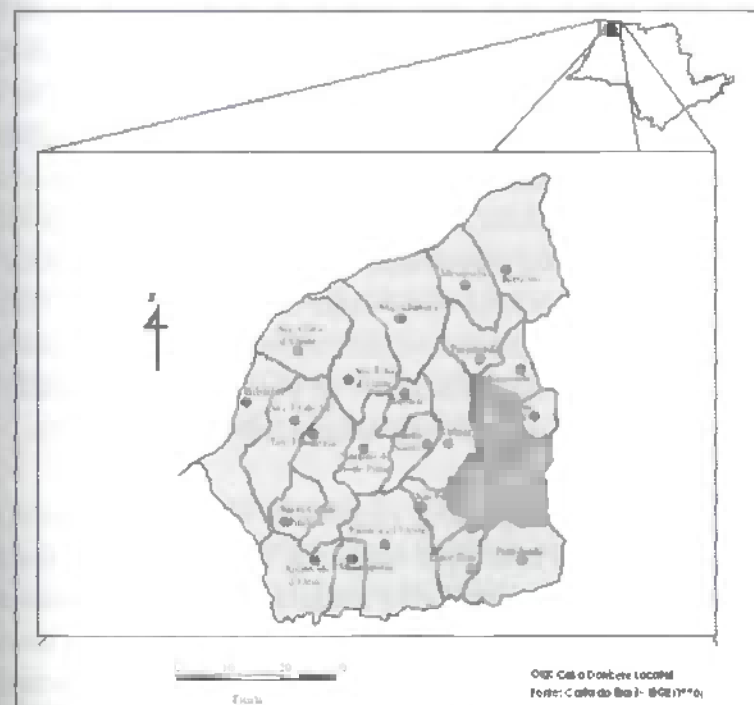
2. AGRICULTURA FAMILIAR E PEQUENA PRODUÇÃO: UMA DIFERENCIAÇÃO NECESSÁRIA

A abordagem da agricultura familiar se constitui ponto de divergência teórico-conceitual, que tem levado a inúmeros debates no meio acadêmico. Assim, far-se-á algumas considerações sobre a questão antes de se analisar a expansão da fruticultura e seus reflexos na dinâmica da agropecuária regional, assim como a intensificação das relações intersetoriais que esta atividade exige, para a sua viabilização e a sujeição da renda da terra neste processo.

A maioria dos trabalhos que aborda o tema da agricultura familiar, parte de um raciocínio classificador, pautado em adjetivações dicotômicas, havendo uma contraposição entre a unidade de produção familiar e a unidade de produção capitalista ou empresa capitalista.

À unidade capitalista são atribuídas características como trabalho assalariado, apropriação de mais-valia, reprodução ampliada, ação orientada pela perseguição do aumento da produtividade e da rentabilidade. À unidade familiar de produção, o trabalho familiar, as formas de resistência sobre a apropriação de excedentes via mercado, as ações orientadas para atendimento da reprodução da unidade familiar e da condição de proprietário dos meios de produção e produtor direto, a busca de autonomia, a minimização da dependência do mercado, a defesa do autoconsumo e, em certos casos, a resistência à pauperização ou à proletarização (NEVES, 1999, p.21).

Mapa 01 - Microrregião Geográfica de Jales - SP



Esse raciocínio conduz à contraposição de uma racionalidade e eficiência econômica, atribuída à unidade de produção capitalista e a uma racionalidade social e ineficiência econômica à unidade familiar, pressupondo ou a inviabilidade econômica ou que esta última representa uma forma de resistência à dominação do capital, o que conduz a equívocos interpretativos da realidade, principalmente quando se tem essas unidades de produção totalmente voltadas à produção de mercadorias, como é o caso da área de estudo.

Para Neves,

a polarização das concepções sobre a diversidade das formas de organização pressupõe ainda que as unidades de produção momento da circulação. Logo, o

agrícola operam como um sistema coeso e coerente de representação e atitudes e de imposição de regras e de princípios. E com a gravidade de essas regras e princípios serem construções do pesquisador ou revelação de suas opções políticas e ideológicas. A unidade familiar de produção se torna então o locus da utopia de resistência ao sistema capitalista. Seus detentores, a partir de tal postura, orientam-se pela contraposição ao lucro e ao crescimento, numa das tendências vistas como obrigatórias; e pela fuga ao assalariamento, na outra. Ela então se transforma a trincheira de resistência às leis de mercado, à proletarização e à submissão às regras de empresa (NEVES, 1995, p. 23).

Contudo, o pesquisador, para realizar uma análise coerente, não pode partir de uma concepção engessada sobre a produção familiar, pois esta se apresenta articulada e integrada à lógica de reprodução e acumulação ampliada do capital. Cabe ressaltar que, mesmo havendo uma articulação à lógica de reprodução e acumulação, a produção familiar nem sempre é determinada pelo capital, devido às suas especificidades.

Sendo a mercadoria a primeira chave do sistema capitalista de produção, veículo do valor de troca, que oculta o valor de uso e a mão-de-obra, reduzida a uma mercadoria, a segunda chave², nem assim pode-se considerar a produção familiar como *locus* de resistência ao capital.

Na produção familiar, a força de trabalho não se constitui em mercadoria, porém, o produto desta sim, sendo incorporada uma grande quantidade de trabalho que será apropriada pelo capital no

² Para AMIN (1977), a mão-de-obra transformada em mercadoria, "cujo valor de uso tem a propriedade de criar mais valor do que consome, permite descobrir a fonte do excedente (o sobretabalho do proletário), apreender sua forma específica (a mais-valia), desmitificar a aparência (a da 'produtividade' do capital), apreender a natureza da ideologia do modo capitalista (o economicismo) e suas relações com a infra-estrutura (a dominância desta)" (p. 16).

produtor familiar ficará apenas com uma fração do seu trabalho, materializado em mercadoria, e o restante será apropriado pelo capital. Deste ponto de vista, uma das características que difere o proletário do produtor familiar é que a apropriação do sobre-trabalho ocorrerá em momentos distintos: o proletário é apropriado na produção e o produtor familiar na circulação.

Neste sentido, Santos (1984) destaca que a apropriação do trabalho excedente do produtor direto não se verifica no interior do processo de trabalho, mas é realizado pelo capital, mediante um conjunto de determinações que subordinam o processo de trabalho familiar. Mesmo o capital determinando e dominando este processo, através do qual extrai o trabalho excedente, ainda assim não o desestrutura.

VERGAPOULOS aponta que

o desenvolvimento da produção capitalista foi acompanhado de uma oferta ilimitada de mão-de-obra, o que exerceu uma ação de baixa dos salários, maximizando a margem de lucro e encorajando os capitalistas a investir. Eis porque podemos afirmar, que, historicamente, o capitalismo baseia-se em trabalho assalariado e proletarização (1977, p. 124).

Porém, o autor não descarta a inserção da produção familiar no processo de produção capitalista. Para ele, a produção agrícola baseia-se no monopólio da terra, que se apresenta em quantidade limitada, o que possibilita um sobre-lucro que o proprietário fundiário pode captar na forma de renda fundiária. Assim, esse monopólio da terra traz desigualdades ao desenvolvimento das forças produtivas dos setores agrícolas e não-agrícolas.

Quanto mais as desigualdades crescem, mais importante é a renda. A taxa de lucro industrial sai lesada e baixa. Diante desta situação, o capitalismo põe em funcionamento sua

axiomática de pilhagem e de capital utilizado. É preciso, para tanto, que a agricultura seja organizada sobre a base de modelo familiar. É a única via que permite ao sistema extrair do setor agrícola não apenas o sobrelucro, mas também o lucro médio (VERGOPOULOS, 1977, p. 131 e 132).

Diante disso, a tese defendida, no final do século XIX e início do século XX, de que a produção familiar no campo desapareceria, porque constituía um entrave ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e, também, impedia a tendência à “socialização da produção” defendida pelos sociais-democratas, tendo em Kautsky um dos grandes defensores, não se efetivou.

VERGAPOULOS (1977) destaca que “assim o homem do campo era encarado pelos sociais-democratas como um padrão proscrito ou proletário futuro”, concepção que pouco ou nada contribuiu para a análise da produção com base no trabalho familiar.

Essa idéia se proliferou nos meios acadêmicos e, da mesma forma, para muitos, o produtor familiar, no Brasil, no período da chamada “modernização da agricultura”, é considerado ineficiente e um empecilho ao projeto modernizador e deveria desaparecer ou se proletarizar. Mas uma vez expectativas foram frustradas. O produtor familiar não desapareceu, pelo contrário, em alguns momentos tendeu a aumentar. Além disso, também não deixou de introduzir técnicas modernas de cultivo – não que isso o tenha levado à prática de uma agricultura moderna – integrando-o ao projeto traçado para o país, a partir da década de 1960, guardadas as devidas proporções.

Por outro lado, alguns autores vêem a produção familiar como uma forma de resistência à penetração do capital no campo. Em primeiro lugar, o processo de mercantilização das terras pode ser entendido como territorialização do capital, que permite a associação da “apropriação das terras à formação de uma fração da classe capitalista: o capitalista

agrário, enquanto proprietário do capital imobilizado em terras” (MOREIRA, 1994, p.1).

Mesmo relativizando-se esta concepção de territorialização do capital no campo, há que se considerar os diversos mecanismos criados pelo capital para dominar e determinar as relações estabelecidas entre o setor agrícola e o urbano-industrial, que não deixa de ser uma forma de territorialização do capital³.

O pequeno produtor só em parte trabalha para si; consome fração de sua força de trabalho e se apodera de uma pequena parte do que produz. Assim sendo, está trabalhando para outros que não se materializam diante dele para exigir nada, porque estão escondidos na pele dos negociantes da mercadoria, dos vendedores de insumos, dos financiadores de empréstimos; todos eles emissários do capital (SILVA, 1987 apud SAQUET, 1996, p. 29).

Assim, quando se têm os grandes investimentos na produção agropecuária, pode-se considerar, sem reservas, a constituição de um capital agrário, que, além de possuir o monopólio da terra, o que lhe possibilita obter a renda da terra, ainda pode auferir lucros por se tratar de um empreendimento de grande escala. Por outro lado, diante do processo de dominação dos pequenos produtores pelo capital, tem-se,

O mito de que o desenvolvimento do capitalismo no campo só se dá a partir do momento que ocorre o assalariamento, remonta à afirmação de Lenin que “o índice essencial do capitalismo na agricultura é o trabalho assalariado” (Lenin, *Nouvelles données sur le développement du capitalisme en agriculture. Oeuvres complètes*. T. 22, p. 107. apud VERGOPOULOS, 1977, p. 124), que partiu do princípio geral que o capitalismo para se desenvolver necessita de oferta ilimitada de mão-de-obra, o que exerce ação decisiva na fixação dos salários, maximizando a margem de lucro. Contudo, há que se considerar que novos mecanismos foram criados e outros antigos foram reproduzidos para garantir a expansão do capitalismo no campo, como por exemplo, a transformação da terra em mercadoria, com forte presença do capital especulativo; a dependência da agricultura em relação à indústria fornecedora de máquinas, insumos e compradora de matérias-primas agrícolas; a ampliação de uso do crédito de custeio, etc

mesmo que de forma indireta, o domínio do capital sobre as atividades no campo.

Cabe enfatizar que se pretende focar a produção familiar e a produção empresarial no contexto da agropecuária da região de Jales, como sendo parte de um mesmo processo de exploração e não como elementos resultantes de processos distintos que se contrapõem.

A produção agrícola familiar não será considerada como uma forma de resistência à entrada do capital no campo, pelo contrário, ela representa uma forma de territorialização do capital. Ainda, partindo dessa perspectiva, almeja-se apresentar mais elementos que sirvam de argumentos para enfraquecer o mito da ineficiência e da tendência ao desaparecimento ou da proletarização do trabalho familiar.

A análise das formas sociais da agricultura no capitalismo deve considerar as especificidades apresentadas pelas distintas formas sociais capitalistas historicamente construídas⁴.

Um outro aspecto que merece destaque é a noção de pequeno produtor. Considerando que o poder de mercado serve como indicador da capacidade de apropriação de excedentes econômicos, ser grande ou pequeno produtor faz diferença para a análise da situação do produtor

⁴ “Por exemplo, a atualidade da agricultura norte-americana – os farmers – e da agricultura familiar francesa estão inseridas na história da dinâmica social, política e cultural destes países, distintas entre si e distintas das especificidades da agricultura familiar brasileira. Mesmo no Brasil, no contexto do século XIX e da ruptura da ordem escravocrata, a agricultura familiar do sul, associada à noção de ‘colônias de povoamento’, se distingue da agricultura familiar que se constituiu em São Paulo e no Nordeste açucareiro, associada à noção de ‘colônia de exploração’. As especificidades históricas regionais dos ‘colonos do sul’, dos ‘colonos do café’ e da ‘moradia da cana’ concretizam formas sociais distintas de agricultura familiar, que conformam-se com preços relativos e as condições regidas de hegemonia econômica e cultural da época” (MOREIRA, 1995, p. 03).

⁵ MOREIRA (1995), aponta que “as teorias interpretativas de mercados imperfeitos oligopolizados ou monopolizados, lidam com esta questão. Nestes mercados as empresas líderes exercem seu maior poder de mercado fixando um mark up – uma sobre-lucro – em preço de custo. Este fenômeno torna-se visível na segmentação dos mercados do capitalismo monopolista, onde os capitais operam com taxas de lucros diferenciadas, favoráveis aos grandes patrimônios produtivos, às grandes empresas” (p.04).

familiar, pois quanto maior for seu patrimônio, sua capacidade de captar excedentes será igualmente maior⁵.

Considerar como irrelevante a noção de pequeno, para a análise da produção familiar, é incorrer em um equívoco metodológico, segundo Moreira (1995), em especial, se essa categoria de produtores, que se pretende analisar, dedicar-se a uma agricultura mercantil e se esta noção de pequeno estiver associada ao tamanho do patrimônio produtivo, que é um elemento constitutivo da ordem competitiva⁶.

Argumentar que a noção de pequeno é de todo irrelevante, significa não reconhecer a posição estrutural e o espaço social da integração dos pequenos patrimônios produtivos na ordem competitiva contemporânea. Implica em não reconhecer, portanto, os limites estruturais que esta ordem lhe impões na captação dos excedentes de valores e na capacidade de reprodução econômica e social (MOREIRA, 1995, p.04).

Para a análise das unidades de produção de frutas e o nível de envolvimento social apresentado por este segmento da agricultura na Região de Jales, esta noção de pequeno produtor muito contribuirá para explicar as diferenças encontradas entre os fruticultores, já que o tamanho dos estabelecimentos de nada serve para explicar essas

⁶ Para MOREIRA (1995, p. 04), “a crítica ao uso da noção de pequeno, quando se aplica à distinção entre pequena produção e pequeno patrimônio, na medida em que uma grande propriedade agrícola pode viabilizar uma pequena produção de valores, está correta. É pertinente quando se aplica àqueles que associam a noção de pequeno apenas ao tamanho da propriedade agrícola e não ao patrimônio produtivo, que inclui outros meios de produção. Também está correto quando se aplica à magnitude física e de valores, na medida em que a magnitude física pode estar associada a magnitudes de valor diferenciadas, por exemplo, o valor de uma tonelada de mandioca e de uma tonelada de moranguinho. Ela também é pertinente quando aplicada àqueles que, com base na noção de pequeno, pretendem examinar as especificidades das relações sociais e da cultura das formas sociais da agricultura familiar”.

diferenças, pois a cultura de algumas frutas, como a uva, não necessita de grandes áreas para seu cultivo, mas sim de maiores investimentos em meios de produção, o que possibilita encontrar, na região, pequenos proprietários que são grandes produtores.

3. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

3.1. HISTÓRICO

A primeira etapa do processo de incorporação da Microrregião Geográfica de Jales à economia de mercado se deu, no século XIX, com a chegada de um pequeno contingente demográfico que se deslocou principalmente, das Minas Gerais. Este processo migratório teve, como condicionantes, por um lado, a crise da mineração, e, por outro, o comércio de gado entre Mato Grosso e São Paulo, a Guerra do Paraguai, a disponibilidade de terras e a expansão da cafeicultura pelo Planalto Ocidental Paulista.

Já nas primeiras décadas do século XX, inicia-se um intenso processo de transformação na organização do espaço, nessa região, através da “indústria da grilagem”. As duas primeiras décadas do século XX são marcadas pela disputa pela posse da terra, envolvendo posseiros, grileiros e o Estado. Este processo de transformação da posse da terra em propriedade capitalista, foi desencadeado pela expansão da

cafeicultura e a conseqüente valorização das terras nas chamadas “zonas novas” conforme destaca Muramatsu (1984).

Antes da incorporação da região ao processo de produção de mercadorias, ou seja, antes da chegada da frente pioneira, ela foi “preparada” para a sua ocupação capitalista. Assim, foi implementado, pelos grileiros e pelo Estado, um processo de “limpeza” da área com a apropriação e exclusão de posseiros que aí haviam se estabelecido, conforme destaca Chaia (1980).

Com a expansão da cafeicultura e a ocupação de novas áreas principalmente nos primeiros anos do século XX, são instituídas várias leis, visando a regularizar a propriedade privada da terra no Oeste Paulista⁷. Assim, “é possível dizer que o movimento econômico da frente pioneira impulsionada pelo café corresponde também às transformações jurídicas em torno do conceito de propriedade” (MURAMATSU, 1984, p. 15).

A ação do Estado foi combinada com a ação de grileiros que, na região de Jales, atuaram intensamente até conseguirem o reconhecimento de documentos falsos pelo poder judiciário e a conseqüente legalização do título de propriedade da gleba “Ponte Pensa”.

Com a retomada da construção da ferrovia Araraquarense, na década de 30 (parada em São José do Rio Preto desde 1912) e a expansão da cafeicultura, que começou a ser desenvolvida na região, há uma valorização das terras, que são transformadas em mercadoria. Os posseiros e antigos agregados que são componentes da “frente de expansão” vão sendo desalojados para dar lugar aos novos proprietários, introduzidos pelo capital através das companhias de colonização e por grandes fazendeiros que começaram a retalhar e a vender “suas” terras, com títulos duvidosos em pequenos lotes.

Para os fazendeiros, que sofreram perdas com a crise do café, o retalhamento e a venda de parte de suas terras foi a saída encontrada para a superação dos problemas financeiros. Esse processo foi mediado pelas companhias de colonização e por investidores de outros setores

⁷ MURAMATSU, destaca que a respeito da política fundiária neste período e em especial sobre a questão da discriminação e demarcação das terras devolutas, foram elaboradas as seguintes normas: “O Decreto nº 734 de 05/01/1900, que consolidou as disposições contidas nas leis nº 323 de 22/jun/1895, nº 545, de 2/ago/1898 e nº 655 de 23/ago/1898, dando também regulamentação para execução das mesmas, determinou quase as terras havidas por posse, sesmarias e outras concessões, que ficavam isentas de legitimação ou revalidação, definiu todas aquelas que, dentro do prazo legal, deveriam ser legitimadas ou revalidadas no juízo comum, sob pena de com isso, institui o registro público das terras na sede das comarcas e o registro geral dos mesmos (...)” (1984, p. 70).

que adquiriam as terras e as revendiam, com o pagamento parcelado, para ex-colonos do café os quais se dedicavam, com o trabalho familiar, ao cultivo de gêneros alimentícios e a um produto de maior valor comercial – o algodão ou o café –, o que lhes garantia a subsistência e os recursos para o pagamento das parcelas referente à compra da terra.

Nesse sentido, a terra foi, na década de 40, a principal mercadoria comercializada nessa região, que era vendida a pequenos cultivadores diretos, originando uma estrutura fundiária desconcentrada, que se tornou uma das características da região.

Assim, na década de 50, esgota-se a área de fronteira na região Noroeste do Estado de São Paulo com a incorporação de toda a terra no mercado, ou seja, toda a área foi inserida no processo de reprodução ampliada do capital.

3.2. O PERFIL ATUAL

Na Região de Jales predomina a pequena propriedade, tanto em termos numéricos como em área ocupada, fato este que se deve aos moldes em que se deu a sua colonização. Até o início da década de 80 tais propriedades se dedicavam à cafeicultura, que representava a principal atividade econômica da região. Os programas de irrigação do Governo do Estado de São Paulo e as perspectivas pouco favoráveis ao café, redundaram na substituição da cafeicultura pelo cultivo da uva e de outras frutas.

As perspectivas pouco favoráveis ao café, estão associadas aos problemas apresentados por essa atividade nos anos 1970, como a retração no consumo mundial, a grande quantidade de café estocado no país, a baixa na qualidade do produto na região e as geadas. Tais fatores provocaram a descapitalização dos cafeicultores e a consequente

⁸ O alto índice de pequenas propriedades na Região de Jales é uma característica marcante da produção social do espaço regional, que remonta ao seu processo de colonização e incorporação como área produtora de mercadoria, a partir da década de 1940.

diminuição nos gastos com manutenção dos cafeeiros, levaram a dependência dessa atividade na região.

A substituição da cafeicultura, que era desenvolvida, predominantemente, em pequenas propriedades com base no trabalho familiar, pela fruticultura, com destaque especial à viticultura, que não necessita de grandes áreas para o seu cultivo, vem contribuindo para a manutenção da estrutura fundiária. Este fato aponta para uma inserção da região de maneira diferente no processo de modernização da agricultura brasileira, que vem se desenvolvendo com a recriação e manutenção de relações de trabalho – parceria e trabalho familiar, respectivamente – comuns à fase anterior à modernização, na região, e com a presença marcante do minifúndio.

Considerando essas duas características, o predomínio da pequena propriedade⁸ e do trabalho familiar, na agricultura da região, levantam-se necessárias algumas considerações sobre esses aspectos, detalhando as ligações destes com o processo geral de reprodução ampliada do capital.

3.2.1. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Entre 1985 e 1996, após a decadência da cafeicultura, houve uma acentuada redução do número e da área dos estabelecimentos com menos de 20 ha. Verifica-se que houve uma redução de 39,45% na área e de 41,02% no número de estabelecimentos deste estrato, enquanto que os com área superior a 1.000 ha. mantiveram-se estáveis. Assim, pode-se constatar que a ampliação da área e do número dos estabelecimentos de 20 a 1.000 ha. deu-se em detrimento dos estabelecimentos com área inferior a 20 ha.

Considera-se aqui como minifúndio os estabelecimentos com área inferior a 20 ha. e como latifúndio os estabelecimentos que apresentam área superior a 1.000 ha.

A estrutura fundiária da região, mesmo apresentando traços do complexo latifúndio/minifúndio, não constitui um elemento dificultador do desenvolvimento regional, já que a área ocupada pelos latifúndios e pelos minifúndios juntos representa menos de 20% da área total dos estabelecimentos agropecuários da região⁹.

Essa estrutura fundiária constituiria um ponto de estrangulamento para o desenvolvimento regional, caso os dois estratos que constituem os latifúndios e os minifúndios representassem uma parcela maior da área dos estabelecimentos. Isso pode ser assim compreendido porque "tanto os grandes estabelecimentos (latifúndios), como os pequenos (minifúndios), são pouco eficientes para a produção. Via de regra, ambos desperdiçam recursos fundamentais, quais sejam: terra, no caso dos latifúndios e força de trabalho (mão-de-obra) no caso dos minifúndios" (HESPANHOL, 1996, p. 120).

Mesmo havendo um desequilíbrio nos grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários, que está relacionado com a presença do grande número de pequenas unidades de produção, estas não estão voltadas unicamente à agricultura de subsistência. Mesmo sendo explorada, predominantemente, pelo trabalho familiar, nestas, também, se pratica a agricultura comercial que, até meados da década de 1980, se destacava a cultura do café e, atualmente, destaca-se a fruticultura irrigada, o que possibilita uma certa eficiência desse tipo de exploração agropecuária na região.

⁹ Contudo, na média geral do Estado de São Paulo, a categoria de proprietários sempre apresentou-se mais elevada que a média da Região de Jales, o que se explica pelos dados mais elevados de parceiros, até 1985, observados nesta região. Na média geral do estado a categoria de proprietários representava 56,83% em 1960, 63,62% em 1970, 71,53% em 1975, 68,45% em 1980, 69,43% em 1985 e 82,13% em 1996, do número total de produtores, de acordo com as categorias apresentadas pela FIBGE.

¹⁰ Ver SANCHEZ, Maria Angéla D'Incao Maciel. *O Empresário Rural na Alta Sorocaba*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Presidente Prudente, 1973. 270 p. Tese de Doutorado.

¹² Ver HESPANHOL, A. N. *Dinâmica Agroindustrial, Intervenção Estatal e a Qualidade do Desenvolvimento da Região de Andradina - SP*. Rio Claro: IGCE-CP de Rio Claro/UNESP, (1996). 273 p. Tese de Doutorado.

3.2.2. CONDIÇÕES DO PRODUTOR

Considerando as categorias de produtores apontadas pela FIBGE, na Região de Jales, no período compreendido entre 1960 e 1996, pode-se verificar o predomínio dos proprietários de terra, tanto em número de estabelecimentos, como em área ocupada, assim como se observa na média geral do Estado¹⁰.

Com a forte decadência da cafeicultura a partir de 1985, com a erradicação de aproximadamente 90% dos cafeeiros houve uma significativa redução da parceria que era a condição de 3.798 produtores em 1985 e de apenas 1.742 produtores em 1995, o que representa uma queda de 54,20%.

Mais uma vez, pode-se reforçar o estreito vínculo da parceria com a cafeicultura na região, o que difere de outras regiões do oeste paulista, como de Presidente Prudente¹¹ e de Andradina¹², onde a parceria encontra-se fortemente vinculada à formação de pastagens, já que a cafeicultura não se apresentou com tanto importância no quadro econômico dessas regiões.

Assim, observa-se que além das mudanças quantitativas entre as diferentes categorias de produtores rurais, também ocorreram mudanças qualitativas significativas, principalmente na dos proprietários, já que as políticas agrícolas voltadas para a pequena produção privilegia apenas a categoria dos produtores proprietários, excluindo, consequentemente, a maioria dos produtores que não possuem terra - arrendatários, parceiros e ocupantes - que são na sua grande maioria responsáveis por áreas inferiores a 10 ha.

Esse aumento expressivo na categoria de proprietários, tanto em número, que se elevou de 58,45% em 1985 para 87,28% em 1996, como em área ocupada, que perfazia 83,67% da área total ocupada pelos estabelecimentos em 1985 e 92,20% em 1996, está associado à mudança do padrão agrícola da região, causado pela substituição da cafeicultura pela fruticultura e pela redução na área ocupada pelas lavouras temporárias e permanentes, o que será analisado a seguir.

3.2.3. A UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

Como o processo de ocupação da MRG de Jales não teve a pecuária como principal atividade econômica, mas sim as culturas do café e do algodão, de forma mais expressiva, e com importância menor a do milho, do arroz e do feijão, a área ocupada por lavouras, na década de 1960, era superior as áreas ocupadas por pastagens.

Entre 1985 e 1996 a área ocupada pelas lavouras permanentes apresentou uma redução de 36,54%, o que também está relacionado com a cultura do café. No período entre 1985 e 1996, ocorreu a erradicação de, aproximadamente, 90% dos cafeeiros. Contudo, a redução da área ocupada por lavouras permanentes não foi maior, pois ter ocorrido um rápido desenvolvimento da fruticultura, principalmente da laranja, da manga e da uva.

Em 1996, a área ocupada por pastagens atingiu seu maior nível, apresentando um aumento absoluto, entre 1985 e 1996, de 14,68% da área. Com isso, no período compreendido entre 1960 e 1996, a área de pastagens apresentou incremento sistemático. No ano de 1960 as pastagens perfaziam 36,39% da superfície total dos estabelecimentos agropecuários da região enquanto que no ano de 1996 cobriam 74,23%.

Ao se proceder ao confronto dos dados referentes à utilização da terra nos estabelecimentos agropecuários do ano de 1996 com os do ano de 1960, pode-se constatar que as pastagens apresentaram uma expansão de 155,82% na área ocupada, enquanto que as lavouras permanentes e temporárias, as matas e florestas naturais, apresentaram redução de 30,68%, 54,27% e 76,66%, respectivamente, no mesmo período.

Alguns fatores explicam a substituição das lavouras por pastagens na MRG de Jales no período 1960 a 1996. Entre eles, pode-se destacar os baixos preços, no mercado, dos produtos tradicionais como o milho, o arroz, o feijão e o algodão. A decadência da cafeicultura, na região, a partir da década de 1980, e a expansão do mercado interno de carne bovina com a intensificação do processo de urbanização e industrialização, ocorrido a partir da década de 1970, também contribuíram

de maneira para a expansão das pastagens. Porém, cumpre ressaltar que há, na região, o predomínio das pastagens em termos de área ocupada. No entanto, a pecuária não constitui a principal atividade agropecuária da região. Isso pode ser afirmado ao analisarem-se os dados referentes ao valor da produção agropecuária, onde se pode verificar que a pecuária foi responsável por apenas 37,26%, enquanto que as lavouras temporárias e permanentes, perfizeram 62,74% da produção regional, no ano de 1996, conforme pode ser visualizado na Tabela 01.

Tabela 01 - Valor da produção agropecuária da MRG de Jales-SP - 1996

| Atividade | Valor em Reais | % |
|----------------------|----------------|-------|
| Lavouras Permanentes | 31.373.504 | 36,88 |
| Lavouras Temporárias | 21.990.422 | 25,85 |
| Produção animal | 31.695.835 | 37,26 |
| Total | 85.059.761 | 100 |

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário de 1995/96.

3.2.4. ÁREA OCUPADA COM AS PRINCIPAIS CULTURAS

No período compreendido entre 1980 e 1996, o algodão continuou apresentando grandes oscilações na área ocupada. Em 1985, apresentou um aumento de 314,94% em relação a 1980 e, em seguida, em 1996, uma redução de 53,63% em relação a 1985 de sua área ocupada. Em termos relativos, em 1985, essa cultura apresentou um incremento de 30,06% pontos percentuais, passando a representar 29,31% da área de lavouras temporárias. Já em 1996, com a nova queda verificada, a área ocupada por essa cultura correspondia a 21,46% da área total ocupada por lavouras temporárias.

A cultura da laranja não é uma atividade recente na região, estando presente desde a década de 1960, porém começou a ganhar destaque a partir de 1985. Em 1980, essa cultura ocupava 2,34% da área de lavouras permanentes, passando a ocupar, em 1985, 4,47% e, em 1996, já representava 33,51%. Apesar da baixa expressividade da produção regional no conjunto do Estado, representando apenas 1,49% da fruticultura paulista, sua importância regional vem se ampliando.

A produção de manga tem menos expressividade, representando apenas 5,26% do conjunto estadual, mas também é uma cultura que está apresentando um aumento acelerado na área ocupada, tendo um acréscimo de 996,15%, entre 1985 e 1996, como pode ser observado na Tabela 02.

Entre as novas culturas que foram introduzidas na região, a uva é que mais se destaca, não em termos de área ocupada, mas pela sua importância para a economia regional.

A área ocupada pela uva equivale a 9,58% do conjunto estadual, o que coloca a região em posição de importante produtora de uva para consumo *in natura*, no Estado.

Em 1985, a área ocupada pela viticultura não representava nem 0.05% da área de lavouras permanentes. Já em 1996, essa cultura representava 3,07% da área de lavouras permanentes e apresentou um acréscimo absoluto de 4.012,5% de sua área ocupada na região.

Assim, as lavouras tradicionais como o café, o algodão e o arroz perderam importância na região entre 1960 e 1996 e, a partir de 1985, começa a se destacar a fruticultura, principalmente, a uva e a laranja, que são culturas que necessitam de um maior grau de aplicação de tecnologia.

Tabela 02 - Produção e área cultivada com as principais frutíferas na MRG de Jales-SP - 1960 a 1996

| ANOS | LARANJA | | MANGA | | UVA | |
|------|-----------|--------------------|-----------|--------------------|-----------|----------------|
| | Área (ha) | Produção (mil pés) | Área (ha) | Produção (mil pés) | Área (ha) | Produção (pés) |
| 1960 | 52 | 21.823 | - | - | - | - |
| 1970 | 112 | 36.629 | - | - | 1 | 240 |
| 1975 | 10 | 76.530 | - | - | 1 | 400 |
| 1980 | 1.115 | 274.708 | - | - | 1 | 3.718 |
| 1985 | 2.261 | 655.100 | 78 | 54.419 | 24 | 28.861 |
| 1996 | 10.754 | 2.438.298 | 855 | 102.094 | 987 | 605.401 |

Fonte: FIBGE - Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96

¹² Em 1996, no Estado de São Paulo, apenas 47,94% do pessoal ocupado em atividades agropecuárias correspondia ao trabalho familiar, enquanto que na Região de Jales esse tipo de relação de trabalho correspondia a 86,09%.

3.2.5. PESSOAL OCUPADO

A partir da segunda metade da década de 1980, a erradicação dos cafezais e sua substituição por outras atividades, inclusive a pecuária, contribuiu para acentuar ainda mais a redução do pessoal ocupado em atividades agropecuárias na região.

Dadas as características do processo de ocupação, com base na pequena propriedade, na policultura e no trabalho familiar, a Região de Jales, no decorrer do período compreendido entre 1960 e 1996, apresentou um índice elevado de trabalho familiar nas atividades agrícolas em relação à média estadual¹², como se verifica na Tabela 03.

Tabela 03 - Pessoal ocupado em atividades agropecuárias na MRG de Jales - SP - 1960 a 1996

| ANO | TOTAL | Responsável e membros da família não remunerados | | Empregado permanente | | Empregado temporário | | Parceiro | | Outras condições | |
|------|--------|--|-------|----------------------|-------|----------------------|------|----------|-------|------------------|------|
| | | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| 1960 | 22.679 | 47.017 | 67,47 | 6.050 | 8,68 | 5.476 | 7,85 | 9.416 | 13,51 | 1.720 | 2,46 |
| 1970 | 11.101 | 42.037 | 82,26 | 3.160 | 6,18 | 2.547 | 4,98 | 3.068 | 6,00 | 289 | 0,56 |
| 1975 | 11.728 | 24.960 | 78,66 | 2.338 | 7,36 | 2.821 | 8,89 | 1.525 | 4,80 | 84 | 0,26 |
| 1980 | 11.888 | 29.509 | 79,99 | 3.012 | 8,16 | 3.436 | 9,31 | 858 | 2,32 | 73 | 0,19 |
| 1985 | 13.591 | 30.645 | 86,10 | 2.099 | 8,17 | 2.511 | 7,05 | 396 | 1,11 | 70 | 0,19 |
| 1996 | 16.759 | 18.864 | 70,49 | 3.515 | 13,13 | 1.760 | 6,57 | 1.742 | 6,50 | 878 | 3,28 |

Fonte: FIBGE - Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

A redução do número total de pessoas ocupadas no campo, só poderá ser compreendida a partir da análise da trajetória da atividade agropecuária na região, onde as lavouras temporárias e permanentes apresentaram refluxo. Por outro lado, há que se destacar que o trabalho familiar que já predominava na região em 1960 e que apresentou crescimento na participação relativa por categoria de trabalhadores, embora tenha havido redução absoluta em todas as categorias de trabalhadores do campo.

Ainda, cumpre ressaltar que a redução do pessoal ocupado em atividades agropecuárias não ocorreu nas mesmas proporções em todos os municípios da Região de Jales. Nos municípios em que ocorreu a substituição da cultura do café pela fruticultura, essa redução foi menos expressiva do que nos municípios onde a fruticultura não foi implantada.

Por tudo que foi exposto até aqui, pode-se apontar que o processo evolutivo que caracteriza o espaço agrário da Região de Jales é marcado por poucas mudanças estruturais, e as transformações mais significativas ocorreram no nível dos produtos. Também, é possível observar que as transformações ocorridas caracterizam um processo de tecnificação em diferentes graus, ou seja, as novas culturas que foram introduzidas na região, como a uva, a laranja e a manga, apresentam técnicas mais modernas de produção, enquanto que as culturas tradicionais, continuaram a ser desenvolvidas com a mesma base técnica tradicional, com exceção do milho e cana-de-açúcar. Outro aspecto que deve ser destacado é que as transformações ocorridas com a evolução do setor agrário da região não foram suficientes para provocarem alterações expressivas nas relações de trabalho nem na estrutura fundiária, ficando restritas, apenas, na forma de produzir e de organizar a produção.

4. HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA FRUTICULTURA

O desenvolvimento da fruticultura na Região de Jales se deu por iniciativa dos próprios produtores que, a partir da decadência da cafeicultura e dos resultados insatisfatórios obtidos com as culturas tradicionais, em geral, encontraram nesta atividade a saída para a crise agrícola pela qual estava passando a região. Contudo, a fruticultura não ganharia maior expressividade a partir do início da década de 1990.

O desenvolvimento dessa nova atividade provocou, por um lado, alterações significativas no padrão agrícola da região, levando a uma diversificação da produção e ao incremento da utilização de novas técnicas de produção. Por outro lado, a nova organização do espaço produtivo não provocou mudanças em relação à posse da terra, mantendo a estrutura fundiária desconcentrada e, também, em municípios em que a fruticultura se tornou mais expressiva, na região, a redução da mão-de-obra empregada no campo foi menor.

Em 1960, já se observava, no cenário agrícola da região, a produção de laranja, ainda que em escala muito pequena. Entre 1960 e 1975, a citricultura foi se expandindo, de forma lenta, mas constante. Na década de 1960, o crescimento foi de 115,38% da área cultivada, passando de 52 para 112 hectares cultivados. No primeiro quinquênio da década de 1970, o crescimento foi de 87,50% da área ocupada por essa cultura.

A partir da segunda metade da década de 1970, ocorreu um crescimento muito mais acelerado, sendo que, entre 1975 e 1980, o crescimento foi de 430,95%, da área ocupadas por essa atividade. Esse crescimento mais acentuado da citricultura na região e o conseqüente aumento de sua importância econômica, coincidem com o desenvolvimento dessa atividade no Estado de São Paulo, com a introdução das agroindústrias de suco concentrado.

No período entre 1980 e 1996, a cultura da laranja apresentou um aumento de 864,48% na área cultivada, o que a colocou em segundo lugar no ranking geral das culturas com maior área ocupada e, em terceiro lugar, quanto ao valor da produção. No entanto, mesmo ocupando a maior área plantada entre a cultura de frutas, a laranja não é a de maior destaque em termos de valor de produção, sendo suplantada pela uva.

A viticultura tem maior importância entre as culturas da região, não só por ser a atividade agropecuária que apresenta o maior valor de produção, representando 54,98% do valor total da produção das frutas, como também por ser a cultura que representa 17,64% do valor total da produção agrícola e 17,64% do valor total da agropecuária da região, em 1996, mas também por ser uma cultura que ocupa grande quantidade de mão-de-obra.

Além dessas duas frutícolas, ainda merecem destaque a cultura de manga e do limão que já, em 1996, apresentavam-se entre as dez principais culturas da região, em termos de valor de produção. A cultura de manga ainda é uma atividade em expansão na Região de Jales. Além disso, algumas novas culturas vêm sendo introduzidas na região, o que pode ser observado na Tabela 04.

Tabela 04 - Produção e área cultivada com frutas na MRG de Jales - SP - 1990 e 1996

| ANOS | 1990 | | 1996 | | Nº de produtores |
|----------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|------------------|
| | Área (ha) | Produção (T) | Área (ha) | Produção (T) | |
| Abacate: | 35 | 1.167 | 19 | 208 | 2,29 |
| Acerola: | - | - | 17 | 23 | 8,06 |
| Banana (mil cachos): | 3 | 5 | 458 | 202 | 166,569 |
| Coco-da-baba: | 3 | 6 | 17 | 51 | 1,819 |
| Fruta do conde: | - | - | 107 | 1.575 | 31,756 |
| Goiaba: | - | - | 4 | 374 | 1,370 |
| Laranja: | 6.254 | 802.262 | 10.754 | 684.034 | 2.438,20 |
| Limão: | 362 | 48.730 | 1.124 | 75.650 | 195,914 |
| Mamão: | 49 | 915 | 48 | 700 | 35,511 |
| Manga: | 835 | 15.079 | 855 | 10.848 | 102,094 |
| Tangerina: | 32 | 4.920 | 58 | 4.773 | 16,018 |
| Uva: | 74 | 1.742 | 987 | 14.017 | 605,401 |
| Abacaxi: | - | - | 49 | 145 | - |

1 Mil frutos.

-- dado não disponível.

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário, 1995/96.

Produção Agrícola Municipal, 1990.

Outra característica da fruticultura da MRG de Jales, que merece destaque, é o fato de nenhuma cultura ter sua expansão diretamente vinculada à instalação de agroindústrias, já que a produção de frutas na região está voltada para o mercado de *frutas in natura*, com exceção, é claro, da laranja que tem uma grande parte de sua produção absorvida pelas agroindústrias processadoras de suco concentrado, localizadas na Região de São José do Rio Preto e Araraquara. Assim, como a maior parte de todas as frutas produzidas na região, a produção de laranja que não é absorvida pelas agroindústrias, tem, como destino, os grandes centros consumidores, em especial a Grande São Paulo.

5. O PERFIL DA FRUTICULTURA REGIONAL E O NÍVEL DE ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AO CAPITAL

Para analisar o perfil dos fruticultores da região e os níveis de associação destes ao capital, considerar-se-á o controle que possuem sobre a terra, a área dos estabelecimentos, a composição da mão-de-obra, o valor da produção e o financiamento de custeio.

Para tanto, serão utilizados dados resultantes do trabalho de campo, realizado em 1998/9, que mostram que os fruticultores da Região de Jales encontram-se inseridos num espaço social amplo, que está

delimitado, num extremo, pela forma social de produção familiar e, no outro, pela produção empresarial, o que indica níveis de desenvolvimento social diferenciados entre esses produtores.

Entre os fruticultores entrevistados, verificou-se que 82,41% são proprietários das terras que cultivam, 4,36% possuem o controle parcial ou misto das terras, ou seja, são proprietários apenas de uma parcela das terras que cultivam e o restante é arrendado, o que, ainda, lhe garante um certo controle sobre a produção, ou é concedida em forma de parceria, que é uma prática adotada por aquele pequeno proprietário que não consegue se reproduzir enquanto tal, apenas na sua propriedade em função de sua pequena dimensão, obrigando-o a buscar relações de parceria nas propriedades vizinhas para ampliar sua renda. Além dessas condições, entre os produtores, ainda tem o parceiro, representando 13,17% do total dos fruticultores, que possui controle apenas sobre alguns meios de produção e nenhum sobre a terra.

Ainda relacionado à terra, mas agora em relação à dimensão, pode-se verificar que os estabelecimentos com menos de 10 ha. representam 30,76% do número total dos pesquisados, os compreendidos entre 10 e 20 ha. correspondem a 20,87%, os de 20 a 50 ha., 34,06%, os de 50 a 100 ha., 6,59% e os com mais de 100 ha., 7,67%, o que demonstra que a fruticultura é realizada, na região, predominantemente em estabelecimentos de pequena dimensão (Tabela 5).

Em relação à composição da mão-de-obra pode-se identificar quatro situações distintas: os estabelecimentos onde a composição da

Tabela 05 - Estrato de área e condição legal da terra entre os viticultores da MRG de Jales - SP

| Estratos | Própria - % | Mista - % | Parceria - % | Total |
|------------------|-------------|-----------|--------------|-------|
| até 10 ha. | 20,87 | 3,29 | 7,69 | 31,85 |
| de 10 a 20 ha. | 14,28 | 1,09 | 4,39 | 19,76 |
| de 20 a 50 ha. | 32,96 | - | 1,09 | 34,05 |
| de 50 a 100 ha. | 6,59 | - | - | 6,59 |
| de 100 a 200 ha. | 5,49 | - | - | 5,49 |
| de 200 a 500 ha. | 1,09 | - | - | 1,09 |
| mais de 500 ha. | 1,09 | - | - | 1,09 |
| Total | 82,37 | 4,38 | 13,17 | 100 |

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1998.

mão-de-obra é familiar pura, representam 37,36% do total dos estabelecimentos, os que o trabalho familiar é complementado com trabalho assalariado temporário perfazem 29,67% dos estabelecimentos, os em que o trabalho familiar é combinado com trabalho permanente, corresponde a 13,18% dos estabelecimentos e uma outra situação encontra-se combinando trabalho familiar, temporário e permanente que é observada em 19,78% dos estabelecimentos pesquisados.

Obtém-se resultado um pouco diferente, ao se considerar a categoria de mão-de-obra que predomina nos estabelecimentos, com o aparecimento de um grupo de estabelecimento onde há o predomínio do trabalho não familiar. Desta forma, constata-se que os estabelecimentos com composição da mão-de-obra familiar pura e familiar complementada com trabalho temporário permanecem inalterados, correspondendo a 37,36% e 25,67%, respectivamente. Por outro lado, fazendo o reagrupamento, considerando o predomínio da mão-de-obra, tem-se 20,87% dos estabelecimentos onde o trabalho familiar e o assalariado são utilizados de forma mais ou menos equivalente e, finalmente, um outro representado por 12,87% dos estabelecimentos, onde o trabalho não familiar é predominante¹³ (Tabela 6).

Tabela 06 - Composição da força de trabalho por unidades de produção e tipo de trabalho predominante - safra 1997/98

| Composição da mão-de-obra | U.P.s % | Tipo de Trabalho Predominante | U.P.s % |
|---|---------|---|---------|
| Trabalho familiar puro | 37,36 | Familiar puro | 37,36 |
| Trabalho familiar puro + trabalho assalariado temporário | 29,67 | Familiar complementado com assalariado temporário | 29,67 |
| Trabalho familiar puro + trabalho assalariado permanente | 13,18 | Familiar complementado com assalariado permanente | 20,87 |
| Trabalho familiar + trabalho assalariado temporário + trabalho assalariado permanente | 19,78 | Não familiar | 12,87 |

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1998.

¹³ Proceder-se-á com uma classificação dos estabelecimentos, considerando apenas a composição da força de trabalho utilizada nos estabelecimentos, para, posteriormente, proceder com a introdução de novos critérios para estabelecer uma tipologia para o conjunto dos produtores de frutas da região de Jales, com base na metodologia utilizada por KAGEYAMA E BERGAMASCO (1989).

Quanto ao valor de produção por estabelecimentos, observa-se que 10,00% deles apresentaram rendimento bruto inferior a 10 mil reais, 21,97% dos estabelecimentos tiveram renda entre 10 e 20 mil reais, 31,11% renda de 20 a 50 mil reais, 18,88% entre 50 mil e 100 mil reais e, 14,44% dos estabelecimentos pesquisados, apresentaram rendimento agrícola de 97/98 superior a 100 mil reais.

Dentre o universo de estabelecimentos pesquisados, verificou-se que 68,14% deles utilizavam financiamento de custeio, sendo que, em 21,97% do total dos estabelecimentos, o financiamento não ultrapassa 10 mil reais, em 25,27%, o financiamento fica entre 10 mil e vinte mil reais, em 16,48% os financiamentos são mais elevados, fluindo entre 20 mil e 50 mil reais e apenas 4,39% dos estabelecimentos obtiveram financiamento de custeio superior a 50 mil reais. Ainda pode-se constatar que entre os fruticultores 31,86% deles não utilizam financiamento para custear sua produção.

Pode-se acrescentar, para que se tenha mais clareza das características gerais da fruticultura regional, que apenas 18,68% dos estabelecimentos que se dedicam à produção de frutas não possuem assistência técnica. Outros elementos que indicam o nível de tecnificação da atividade frutícola na região São: índice de tratorização; uso de irrigação; e, utilização de defensivos e adubos.

Quanto ao índice de tratorização, como se constatou que, em média existe 1,2 tratores por estabelecimentos. Porém, como a distribuição de recursos e a utilização de tratores não são homogêneas entre os estabelecimentos, ao analisar os dados da Tabela 7, pode-se

Tabela 07 - Uso de financiamento, tratores e irrigação entre os fruticultores da MRG de Jales - SP - 1998

| Financiamento (em %) | | Tratores (em %) | | Irrigação (em %) | |
|-----------------------|-------|-----------------|-------|---------------------|-------|
| Menos de 10 mil reais | 21,97 | não possuem | 30,76 | um equipamento | 82,41 |
| de 10 a 20 mil reais | 25,27 | possuem um | 35,16 | dois equipamentos | 14,28 |
| de 20 a 50 mil reais | 16,48 | possuem dois | 20,87 | três equipamentos | 2,19 |
| Mais de 50 mil reais | 4,39 | possuem três | 7,69 | quatro equipamentos | 1,09 |
| sem financiamento | 31,86 | quatro ou mais | 5,49 | - | - |

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1998.

constatar que 30,76% dos estabelecimentos não possuem tratores, 35,16% dos estabelecimentos possuem apenas um, em 20,87% observa-se a existência de dois e em 13,17% do total dos estabelecimentos pesquisados contam com mais de dois tratores.

Já em relação ao uso de irrigação, defensivos vegetais e adubos, verifica-se que, em 100% dos estabelecimentos, esses elementos estão presentes por serem indispensáveis para a fruticultura, em especial a viticultura, nas condições em que foi implantada na região.

Diante do exposto, pode-se inferir que a fruticultura da Região de Jales apresenta níveis elevados de associação ao capital, por se tratar, por um lado, de uma atividade tecnicizada que depende de uma vasta gama de produtos industrializados, fato que será explorado no próximo item, o que determina uma ligação intersetorial, da agricultura com a indústria à montante, muito forte. Por outro lado, por apresentar um custo de produção muito elevado, que gira em torno de 22 mil dólares por ha., levando a maioria dos produtores a recorrer a financiamentos de custeio, ocorre o fortalecimento da associação dessa atividade ao capital, através da ligação intersetorial com o setor financeiro. Já a associação da fruticultura com o mercado consumidor, apesar de não aparente desorganização e de toda a sua diversidade, também se apresenta de forma muito explícita, pelo fato do produtor encontrar-se totalmente na dependência das empresas comerciais e distribuidoras atravessadores para comercializarem sua produção, como se resultou anteriormente.

6. ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO E SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA AO CAPITAL

O simples desenvolvimento de uma atividade agrícola, por muito vantajosa que ela seja, não garante ao agricultor se apropriar de toda a

renda da terra¹⁴ gerada por essa atividade. Isso se dá porque, no processo de circulação da mercadoria, ocorre a mediação entre as diversas unidades e momentos de produção, havendo uma concorrência pelo controle de parte da renda que, comumente, é, em parte, apropriada por outros setores ou segmentos da sociedade, conforme enfatiza Neves (1995).

Isso ocorre, segundo Moreira, porque

a propriedade da terra em produção, apesar de condição necessária, não é condição suficiente para garantir ao seu proprietário a apropriação de excedentes sob a forma de renda da terra, nos preços dos produtos. A capacidade de apropriação assume um caráter individual e está associado ao poder de mercado de cada produtor, (...) no contexto da competição intercapitalista. Neste sentido, o capital dinheiro imobilizado em terras produtivas pode ser desvalorizado na competição intercapitalista. O excedente econômico, relativo à renda da terra, pode ser apropriado por concorrentes nos mercados oligopolizados à montante e à jusante. O que deveria se constituir como renda da terra

¹⁴ A renda da terra é entendida como lucro extraordinário, que é a parcela, apropriada pelo capital, acima do lucro médio, como ressalta OLIVEIRA (1984). Podem-se identificar diferentes tipos de renda da terra, entre os quais está a renda diferencial, que se divide em duas. "A renda diferencial I vai ser reconhecida como aquela parcela do valor dos produtos produzidos que é paga ao proprietário pelo uso dos poderes originais e indestrutíveis do solo (fertilidade e localização). Sua idéia (o autor está analisando a obra de Ricardo) sobre a renda diferencial esteve associada a dois pressupostos básicos. De um lado, a concepção da lei da população e, de outro, a afirmação de que as terras que eram utilizadas no uso, na margem, eram terras menos férteis e de pior localização. A demanda crescente de produtos da terra, devido ao aumento populacional, requer que piores terras sejam utilizadas. Isto viria a garantir um ganho adicional, diferencial, às terras já em uso. As diferenças, de fertilidade e de localização, entre as terras em uso, seriam os elementos econômicos e justificadores da renda da terra: a renda propriamente dita. (...) A renda diferencial II refere-se aos benefícios remanescentes que o investimento (...) deixa incorporar ao solo, tal como desmatamento para plantio, terracamentos, drenagem, açudes, etc.... Os benefícios valorizam a terra e, também, garante um direito de elevação do preço de venda do produto (...)" (MOREIRA, 1994, p. 6).

assume a forma de juros, lucros comerciais, de lucros agroindustriais – associados à redução dos custos agroindustriais – e de lucros industriais de setores produtores de máquinas e insumos (1995, p. 8).

A viticultura, assim como a cultura de outras frutas, na Região de Jales, necessitam de uma grande gama de insumos industriais, dada as características da implantação destas atividades. Com isso, a fruticultura regional apresenta uma forte ligação com a indústria montante, chegando a ocorrer a dependência total desta em relação aos insumos desse setor para a produção de algumas frutas como a laranja e a uva. Desse modo, como as relações que são estabelecidas entre agricultura e outros setores, quase sempre, são desvantajosas para o setor agrícola, parte da renda da terra é drenada para o setor urbano industrial.

Essa relação de desvantagem entre o setor agrícola e o industrial tem sua origem vinculada ao desenvolvimento da indústria no Brasil no período pós-guerra. Com a rápida industrialização do país, sustentado por políticas públicas de incentivos e pela criação de infra-estrutura por parte do Estado, principalmente a partir da década de 1950, o capital, que anteriormente foi drenado para implementar a indústria, começa a retornar para agricultura, porém agora sob o domínio do setor urbano industrial, que passa a dominar a estrutura de produção interna do país, como aponta Tavares (1993).

O domínio exercido pelo setor urbano-industrial, sobre a estrutura produtiva, implica na pilhagem dos produtores diretos em favor de uma acumulação do capital urbano, que se dá através da elevação dos preços dos produtos para a agricultura, criando uma condição de custo desfavorável para o produtor rural, de financiamentos, quase que forçados, do setor público para produção agrícola que, por um lado beneficia o setor industrial à montante, que terão seus produtos consumidos e, por outro, o setor financeiro que consegue apropriar-se de parte da renda da terra através da cobrança dos juros dos empréstimos

obtidos. Dessa forma, o Estado torna-se um agente ampliador da economia através do serviço da acumulação, de acordo com Vergapoulos (1977).

Dessa forma:

... a acumulação do capital necessita não da 'racionalização' da agricultura, mas da **submissão** da agricultura à racionalidade do setor industrial; o que pode, eventualmente, ser combinado com certo grau de 'irracionalidade' relativa da produção agrícola; conforme este ponto de vista, é sobretudo o pequeno agricultor que será **compatível** com um processo de pilhagem na agricultura, mais do que o grande proprietário fundiário (VERGOPOULOS, 1977, p. 105).

Sendo o pequeno produtor rural a categoria que mais propicia o processo de acumulação de capital em outros setores, em detrimento do setor agrícola, graças às políticas públicas para a agricultura e para a indústria, esse tipo de exploração vem sendo mantida nas condições em que se apresenta no país, para facilitar a expropriação do sobre-lucro agrícola pelo setor urbano-industrial, já que a grande exploração apresenta alguns benefícios para isso.

É importante enfatizar que:

O Estado encarrega-se, através de complexa política adequada, de assegurar a transferência dos valores da agricultura para a indústria. Daí em diante, (...) o preço dos produtos alimentares é, verdadeiramente, um negócio de Estado. O Estado encarrega-se da regularização dos preços agrícolas em função dos imperativos do conjunto do sistema social, particularmente do MPC urbano (VERGOPOULOS, 1977, p. 113).

Na Região de Jales, o processo de transferência da renda líquida para o setor urbano-industrial pode ser facilmente identificado em três momentos na intermediação com os diferentes segmentos da economia.

Inicialmente, na aquisição dos insumos industriais que, para o modelo de agricultura desenvolvido na região, é imprescindível no processo produtivo de frutas, emprega-se grandes quantidades de recursos, haja vista que o custo dos insumos para a produção de uma parreira de uva de um ha. é de US\$ 7.539,96, por ano, representando 24,10 % da receita bruta média, o que não difere muito do cultivo de outras frutas. Esse alto custo de produção implica na intensificação do trabalho em função da imposição de uma troca desigual entre os produtos agrícolas e os insumos industriais necessários à sua produção. A desigualdade na troca dá-se pelo fato dos insumos apresentarem uma tendência crescente dos seus preços, enquanto que a política de preços agrícolas é orientada pelos interesses do setor urbano e, ainda, estão sujeitos às influências das variações no mercado internacional como demonstra Tavares (1993).

O financiamento de custeio, através do crédito rural, representa um outro momento de transferência da renda da terra, agora para o setor financeiro. Diante dos elevados custos de produção, o pequeno produtor obriga-se a contrair empréstimos para realizar a exploração agrícola. Assim, através dos juros e taxas bancárias cobradas, as instituições financeiras que fornecem o crédito para fomentar a produção agrícola, apropriam-se de uma parte da renda fundiária, em especial da renda absoluta¹⁵.

O custo do crédito de custeio concedido aos produtores da região é composto por uma taxa de juro anual fixa de 8,75%, somada a uma outra taxa que gira em torno de 2% do montante do financiamento correspondente ao custo de projeto de viabilização, que sem o dinheiro não é liberado. Este projeto, em alguns bancos, é feito por muitas empresas. Além dessas taxas, o setor financeiro consegue extrair

¹⁵ ...a renda da terra absoluta resulta de posse privada do solo e da oposição entre o interesse do proprietário da terra e o interesse da sociedade como um todo, o exercício do monopólio de uma classe ou fração de classe sobre as terras para produzir mediante a cobrança de um tributo (...). A renda da terra absoluta é obtida mediante a elevação (artificial) dos preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção geral (OLIVEIRA, 1986, p. 77).

renda da terra, através da cobrança de outras pequenas taxas de movimentação da conta bancária do produtor e de venda de seguros, já que, para obter financiamento, o produtor tem que demonstrar uma certa fidelidade ao banco.

Com essa relação entre o setor financeiro e o agrícola, uma parte considerável da renda da terra é drenada da agricultura, girando em torno de 12% do valor financiado. Essa porcentagem torna-se ainda mais expressiva ao se considerar que 68,14% dos fruticultores prejudicados usam crédito rural para custear a sua produção.

Com relação à submissão e à transferência da renda ao capital comercial, torna-se difícil precisar em que proporção esse processo ocorre. Contudo, o cooperativismo, que pode se tornar um elemento protetor da agricultura contra a transferência da renda da terra para o capital comercial, apresenta-se pouco desenvolvido na região.

Diante da falta de infra-estrutura para a comercialização de frutas para o consumo *in natura*, o capital comercial, que, em muitos pontos, se transforma em capital usurário¹⁶ torna-se, para grande parte dos produtores, a única alternativa para a distribuição da produção no mercado.

A produção de frutas da região de Jales tem, como principal mercado consumidor, a cidade de São Paulo. A maior parte da produção regional é comercializada no CEASA. Nesse sentido, Oliveira (1981) afirma que a

...transferência da renda, ou esta sujeição da renda da terra ao capital tem sido uma das pedras de toque do atual sistema, porque muito se acusa os intermediários, os atravessadores, mas cada vez mais o Estado cria espaço para a sua reprodução. É só vermos o que aconteceu com os CEASAs [...]. Afé o capital comercial se instala confortavelmente subsidiado pelo Estado que lhe constrói toda infra-estrutura necessária (p. 23 e 24).

¹⁶ BAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo. Proposta Editorial, 1980.

Entre as frutas produzidas na região, que são comercializadas no CEASA, a pinha, a uva e a manga são as que se destacam.

A comercialização da uva, por exemplo, em torno de 8,77% representa venda à cooperativa, 17,54% à supermercados, 46,49% no CEASA, 23,68% a intermediários e 3,5% em feiras, de acordo com os dados do trabalho de campo. Considerando que os intermediários e a cooperativa destinam a maior parte de suas aquisições ao CEASA, pode-se afirmar que, aproximadamente, 78% da produção de uva da região tem como destino o entreposto de São Paulo.

Situação parecida repete-se na comercialização de outras frutas produzidas na região, como é o caso da pinha, da banana, da manga e do limão. A comercialização da laranja difere das demais frutas, por ter uma parte significativa destinada à agroindústria, como pode ser observado na Tabela 08.

Tabela 08 - Destino da produção agrícola no ano de 1998 (em %)

| Cultura | Utiliz. na Propriedade | Venda para cooperativa | Venda para agroindústria | Venda para cerealistas | Venda para supermercados | CEASA | Intermediário | Feira |
|--------------|------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|-------|---------------|-------|
| Uva | - | 8,77 | - | - | 17,54 | 46,49 | 23,68 | 3,50 |
| Algodão | - | - | 100,00 | - | - | - | - | - |
| Café | - | 17,64 | 11,76 | 64,70 | - | - | 5,88 | - |
| Arroz | 100,00 | - | - | - | - | - | - | - |
| Feijão | 14,28 | - | - | 42,85 | 14,28 | - | 28,57 | - |
| Milho | 61,54 | 15,38 | - | 23,07 | - | - | - | - |
| Manga | - | - | 12,50 | - | 25,00 | 50,00 | 12,50 | - |
| Laranja | - | 10,34 | 24,13 | - | - | 31,03 | 34,48 | - |
| Cana | 100,00 | - | - | - | - | - | - | - |
| Limão | - | - | 11,11 | - | 27,77 | 27,77 | 27,77 | 3,55 |
| Banana | - | - | - | - | 25,00 | 25,00 | 25,00 | - |
| Pinha | - | 10,00 | - | - | 10,00 | 70,00 | - | 10,00 |
| Coco-da-baía | - | - | - | - | 100,00 | - | - | - |

Fonte: trabalho de campo realizado em 1998.

¹⁷ Intermediários, serão considerados, aqui, os agentes que se encontram-se entre o produtor e o mercado atacadista de fruta, que realizam a compra da produção no campo, com preços abaixo dos pago pelas empresas que atuam nos entrepostos comerciais

Sobre as vendas realizadas no CEASA, deve-se ressaltar que não são realizadas diretamente pelos agricultores, mas sim através de um "corretor" que realiza as vendas junto às empresas atacadistas¹⁸.

Para muitos produtores da região, o único meio possível de deslocarem seus produtos no mercado é enviando-os, na forma de consignação, a uma empresa ou atravessador (corretor) que atua no CEASA, em São Paulo, ou em outros entrepostos comerciais em grandes centros. Nessa forma de comercialização, o produtor toma ciência do preço pago à sua produção após a venda ter sido consumada e o pagamento, nesse tipo de transação, é feito em cheque pré-datado para quinze dias o que possibilita ocorrência, não rara, de inadimplência, ou seja, o produtor não recebe o pagamento referente ao produto entregue, pois não possui nenhuma garantia, já que os acordos são firmados verbalmente. Além desse aspecto, os custos de comercialização são muito elevados. Sobre o valor bruto do produto comercializado, a empresa efetua os descontos referentes a transporte, que gira em torno de 15%, carga e descarga 1,5%, o que resulta na interceptação pelo intermediário de uma parte da renda do produtor.

Assim, deve-se considerar que o processo de transferência da renda fundiária, seja na aquisição de insumos, seja no financiamento de crédito ou na comercialização da produção, ocorre com a intermediação do Estado que, através de sua ação, assegura ao capital apropriar-se da mais valia excedente produzida no setor agrícola, sendo que essa interceptação da renda da terra, ocorre de forma indireta, sem que ocorra a apropriação dos meios de produção.

Para Martins,

O produtor familiar [...] continua proprietário da terra e dos instrumentos que utiliza no seu trabalho. Ele não é um

¹⁸ Esse processo de comercialização da fruta produzida na região, uma parte da "intermediação" é realizada por produtores da região, que se iniciaram na atividade há um tempo maior e conseguiram se capitalizar, quando a atividade ainda apresentava uma baixa rentabilidade.

assalariado de ninguém. Como podemos dizer, então, que o capital instituiu a sujeição do seu trabalho, dominando-o? Nem há sujeição formal nem há sujeição real do trabalho ao capital nesse caso. Entretanto, o capital tende a dominar cada vez mais a produção da agricultura (1985, p. 217).

Não podemos falar de sujeição do trabalho ao capital, pois, para Martins (1985), quem realiza uma análise centrada na sujeição do trabalho ao capital está compartilhando da concepção de que o capitalismo no campo é estritamente dominação do trabalho pelo capital, ou seja, só há capitalismo no campo, ao passo que são estabelecidas as relações capitalistas mediadas pelo assalariamento. Diante disso, essa concepção não é suficiente para explicar como se dá a sujeição sem que ocorra a expropriação dos meios de produção.

Na concepção de Martins:

Na medida que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho o da sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital (1985, p. 219).

Dessa forma, a riqueza produzida pelo agricultor que usa a terra de trabalho e não a utiliza para explorar o trabalho alheio, vai se realocar em outros setores, sem que este perceba, através da renda que flui disfarçadamente, para o setor industrial, para os bancos e para o capital comercial, favorecendo a concentração do capital urbano-industrial, ou seja, o incremento das taxas de lucro das grandes empresas, conforme enfatiza Martins (1985).

Mesmo havendo a apropriação de grande parte da renda da terra pelo grande capital através das relações intersetoriais, o desenvolvimento da fruticultura, na Região de Jales, propiciou, ainda que de forma diferenciada, as condições para a permanência dos pequenos produtores, assim como possibilidades, para alguns, de reprodução ampliada.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alterações mais significativas, na agropecuária da região, são observadas no período posterior à decadência da cafeicultura, na década de 1980, com o desenvolvimento da fruticultura, levando à diversificação da agricultura e, também, ao incremento da utilização de novas tecnologias, mas sem provocar transformações nas relações de trabalho e na estrutura fundiária.

Diante disso, mesmo sendo a fruticultura uma atividade que utiliza grande quantidade de insumos industriais e equipamentos e, mesmo tendo havido, com o processo de modernização da agricultura brasileira, a elevação do índice de tratorização, do consumo de adubos químicos, também nessa região, esses elementos não são suficientes para poder se considerar a atividade agrícola como moderna, por um lado, por não ter havido alterações significativas nas relações de trabalho, permanecendo, ainda hoje, o trabalho familiar e a reprodução de relações de trabalho não-assalariadas, como a parceria e, por outro lado, por não ter havido mudanças na gestão da unidade de produção.

É preciso ressaltar que, pelo fato da região ter diversificado sua produção através da introdução de culturas que exigem insumos modernos, mas sem alterar sua estrutura produtiva e relações trabalho, de forma expressiva, isso não significa que tenha ocorrido uma vitória da produção familiar sobre o grande capital, que não conseguiu se territorializar no campo, nesta região. Pelo contrário, pois o grande capital desenvolveu mecanismos de dominação intersetoriais, através da intermediação do Estado, que possibilitaram a apropriação da renda da terra, de forma indireta, sem que houvesse a expropriação dos meios de produção, dos produtores rurais. Assim, não ocorreu nem a sujeição formal nem a sujeição real do trabalho ao capital, houve apenas a sujeição da renda da terra ao capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Samir. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro. Paz

e Terra, 1977. 179 p.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da Região de Andradina - SP. Rio Claro: UNESP/IGCE, 1996. 273 p. (Tese de Doutorado)

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LOCATEL, Celso D. O desenvolvimento da fruticultura e a dinâmica da agropecuária na região de Jales-SP. FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2000. (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, José de Souza. **A Sujeição da Renda da Terra ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária**. Encontro com a civilização Brasileira, nº 22, 1985, p. 199 a 221.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar no capitalismo: formas sociais em mutação**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, 1995. Projeto de Pesquisa (mimeo).

MOREIRA, Roberto José. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, 1994. (mimeo).

MURAMATSU, Luis N. **As Revoltas do Capim (Movimentos Sociais-Agrários no Oeste Paulista - 1959-1970)**. São Paulo: UNESP, 1984. (Dissertação de Mestrado em Sociologia)

NEVES, Delma Pesanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. In: Reforma agrária. **Revista da ABRA**, nº 2 e 3, v. 25, 1995. p. 21-36.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 58, p. 5-64. São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino Renda da terra. **Revista Orientação**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1984, nº 5, p. 94 e 95.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Renda da terra Absoluta. **Revista Orientação**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1986, nº 7, p. 77-86.

SANCHEZ, Maria Angela D'Incao Maciel. O empresário rural na Alto Sorocabana. Presidente Prudente, Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras, 1973. 270 p. (Tese de Doutorado).

RANTOS, J. Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**. São Paulo, Hucitec, 1984.

SAQUET, Marcos Aurélio. A construção do espaço em Nova Palma (SP). Nova Palma, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1996.

TAVARES, Nádia Lúcia. A valorização do espaço agrícola no município de Itapetininga (SP). Rio Claro, IGCE/UNESP, 1993. 249 p. (Dissertação de Mestrado).

VRETCIOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, Samir. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977. p. 43-179.